



# Os intelectuais e a educação – abordagem histórica e biográfica<sup>1</sup>

Justino Pereira de Magalhães

Universidade de Lisboa

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Universidade Tiradentes

## Resumo

O artigo tem o objetivo de contribuir para a história do intelectual, em especial, do intelectual da educação, na medida em que considera aspectos que devem ser analisados quando de uma abordagem analítica. Para tanto, foram ponderados procedimentos teóricos e metodológicos que congregam elementos dos estudos biográficos e da história da educação. A partir do conceito de intelectual, é possível caracterizar e explicar a ação pedagógica. É possível também conhecer o argumento, a aplicabilidade e a legitimidade educativa, aspectos cuja construção histórica requer a criação e aplicação de categorias operacionais. Por fim, neste texto, foi considerado que a abordagem histórica dedicada, especificamente, à história de um intelectual corresponde a um campo epistêmico que se constitui a partir de um approach especial que busca valorizar as dimensões biológicas, sociais e culturais, com a intenção de construir conhecimento a partir da ótica e das condições materiais de quem pensou, nesse caso, a educação.

Palavras-chave: Método. História da educação. Intelectual.

61

## Intellectuals and education – historical and biographical approach

## Abstract

The article aims to contribute to the intellectual history, especially of the intellectual of education, as it considers aspects that should be analyzed in an analytic approach. Therefore, was taken into consideration theoretical and methodological approaches that bring together elements of biographical studies and the history of education. From the intellectual concept, it is possible to characterize and explain the pedagogical action. It is also possible know the argument, the applicability and educational legitimacy, aspects whose historical construction requires the creation and implementation of operational categories. Finally, in this text, it was considered that the historical approach, dedicated specifically to the history of an intellectual, corresponds to an epistemic field established under a special approach that seeks to enhance the biological, social and cultural dimensions, with the intention of building knowledge from material conditions and perspectives of those who thought, in this case, the education.

Keywords: Method. History of education. Intellectual.

## Los intelectuales y la educación – planteamiento histórico y biográfico

### Resumen

El artículo aspira a contribuir a la historia del intelectual, al intelectual de la educación en especial, en la medida en que tiene en cuenta aspectos que deben ser analizados en el planteamiento de su análisis. En la medida en que tiene en cuenta aspectos que deben ser considerados en el planteamiento del problema. Al respecto, se ponderaron aspectos teóricos y metodológicos que reúnen elementos de los estudios biográficos y de la historia de la educación. A partir del concepto de intelectual es posible caracterizar y explicar la acción pedagógica. Es posible también conocer el argumento, la aplicabilidad y la legitimidad educativa, aspectos cuya construcción histórica requieren una creación y aplicación de categorías funcionales. Finalmente, en el presente trabajo se consideró que el planteamiento histórico dedicado específicamente a la historia de un intelectual corresponde a un campo epistémico que se constituyó a partir de un enfoque especial que aspira a valorizar las dimensiones biológicas, sociales y culturales, con la intención de construir conocimiento a partir de la perspectiva y de las condiciones materiales de quien reflexionó, en ese caso, sobre la educación.

Palabras Clave: Método. Historia de la educación. Intelectual.

62

### Introdução

Como estudar, compreender e conceber o intelectual? Essa pergunta, há muito, tem sido feita. A resposta, por sua vez, não se revela fácil. Embora muitos sejam os autores que tratam do tema “intelectual” e inúmeras as respostas acerca das suas funções, características, objetos de dedicação, parcialidade ou imparcialidade diante dos temas de peso social, econômico e cultural, além de outros, não há consenso, ou mesmo, tentativa de consenso sobre a sua constituição. Em linhas gerais, definir o que seria um intelectual é tomar um ou outro partido que, necessariamente, recairia em Platão, Aristóteles, Immanuel Kant, Julien Benda, Max Weber, Norberto Bobbio, Jean François Sirinelli, entre tantos outros que teorizaram, de uma maneira ou de outra, o tema. Torna-se, porém, mais simples tratar daquilo que não faz parte das características dos intelectuais e, assim, poder congrega todos esses teóricos que, pelas suas pontuações e análises, enriquecem o debate e fazem com que não só o termo, mas também o próprio campo em que atuam os intelectuais seja passível de especulações e interpretações.



Sábio, erudito, literato, filósofo, rei, imperador, padre, diplomata, cientista, historiador, jurista, sociólogo, professor, jornalista, qual dessas acepções define o intelectual? Em algum momento da história das ideias, personagens com tais características tiveram, cada um considerando seu cronotopo, sobre suas mentes o peso de refletir, interpretar e, às vezes, intervir em seu meio. Diante de Sócrates, Demétrios de Phalère, São Crisóstomo, Afonso X da Espanha, São Tomás de Aquino, Pedro II no Brasil, Tobias Barreto de Menezes, Prymitivo Moacir, Fernando de Azevedo, para citar apenas alguns dos que envolvem um “adjetivos” elencados, – como não ver o que têm em comum? – Como não perceber que é o conhecimento e o poder de síntese sobre a realidade que os caracteriza e que lhes dá notoriedade? – como não ver uma unidade nas causas que defendem, mesmo considerando os diferentes tempos e lugares onde viveram? Como não perceber que o que os pautou foi a consciência sobre o conhecimento produzido e o por produzir? Como não considerar que, em suas defesas, o que estava sendo evocado era o bem, o belo e o justo? Tais perguntas poderiam se resumir na seguinte: o intelectual tem uma característica que o qualifica?

Ao analisar o cenário teórico dos intelectuais, Bobbio (1997) esclarece que, para Julien Benda, o intelectual é o produtor de conhecimento (e não se envolve com política), Sartre por sua vez, concebeu que havia os Intelectuais verdadeiros e os falsos; eles vivem, justamente, da contradição que as supera pelo radicalismo. O espanhol Ortega y Gasset afirmou que sua tarefa é teórica e política e sua função é educar as massas; já Croce disse que sua tarefa, também, é política, mas a política da cultura, adaptada aos tempos de crise. Gramsci (1995), provavelmente, o mais citado, entre os autores que teorizaram o tema, divide os intelectuais em: intelectual tradicional e intelectual orgânico. O que distingue o intelectual orgânico é aliar o teórico e o técnico, numa luta pela hegemonia política. Diferentemente, o intelectual tradicional caracteriza-se, sobretudo, pela linearidade em seu pensamento e, por fazer parte de uma tradição de ideário, em que a Igreja Católica e seus clérigos podem ser citados como excelentes exemplos.

Karl Mannheim (1986) entendeu que o intelectual é um mediador de conflitos e Pierre Bourdieu (2011) o concebeu como produtor de capital simbólico (os intelectuais materializam as hierarquias e as relações de poder). Bobbio (1997), tratando da sua utilidade, induz que o Intelectual é ideológico e experto (técnico do saber humano), não podendo ser desprezado pelos

políticos ou pelo poder econômico. Jean François Sirinelli (2003), articulando ideias relativas ao intelectual, analisa o termo polimorfa e polifonicamente e o concebe com base nas criações, mediações e/ou engajamentos. Assim, se o propósito for eleger uma figura do cenário filosófico, jurídico, educacional ou qualquer outro e, com base nos seus princípios teóricos, enquadrá-lo como intelectual não será difícil; basta analisar, previamente, o perfil do escolhido e recorrer ao quadro teórico que melhor o favoreça analiticamente. O procedimento metodológico terá, no teórico, o alicerce para a investigação das suas ideias, criações e/ou ações.

Nesse sentido, surgem as primeiras indicações de respostas para a pergunta anteriormente feita, visto que, certamente, uma dessas categorias compõe o perfil do intelectual. Mas qual categoria? A resposta seria a ideia, visto que é impossível que, sem ela, as criações e as ações possam ser postas em prática. Mas seria a ideia suficiente para um enquadramento num estereótipo, cujo peso social exige um engajamento, um comprometimento? A ideia, por si só, não compõe, por certo, o único traço do intelectual, pois, se assim fosse, teríamos mais intelectuais do que qualquer outro tipo de pessoa. Praticamente, todos os seres pensantes seriam intelectuais, o que, a bem da razão, não causa problemas, não fosse o fato de as palavras e os conceitos serem talhados para exprimir uma especificidade o que, no caso do intelectual, exige mais do que ter ideias.

As criações, por sua vez, que vão desde uma obra de arte ou um livro até a concepção de uma academia literária ou mesmo uma escola, uma vez somada a ideia e a intenção a que se destina, deveriam fazer parte do perfil do intelectual, haja vista que, sem a criação, não há o objeto da ação intelectual. E o que dizer da crítica? Daquilo que mais sintoma demonstra do perfil abordado? A crítica, fundamentada ou não, tem estado presente em todos os repertórios intelectuais, seja a pura e simples precedida de uma descrição do fato, seja aquela mais elaborada em cujo foco está a decomposição de uma narrativa por meio de argumentos contrários.

## O conceito de intelectual e seu uso operacional

É de Koselleck (2006) a afirmação de que a história dos conceitos é parte metodologicamente autônoma da pesquisa histórica e social. Ele deixa claro que as palavras não necessariamente correspondem à permanência e/



ou alteração das estruturas que as compõem. Isto porque os termos que mantiveram significado invariável não são sinônimos de manutenção do mesmo estado de coisas, ao passo que fatos paulatinamente modificados podem ter, na sequência de sua observação, termos variados. Nesse sentido, o que deve ser observado, a partir da história dos conceitos, é a decifração tanto da alternância entre as análises sincrônica e diacrônica da duração temporal da experiência vivida, quanto da resistência das teorias do passado. Seguindo essa lógica, é possível detectar não somente a separação dos significados lexicais de eventos não mais existentes, é igualmente possível a detecção de significados novos para palavras antigas ou ainda a incorporação de outros significados de uma realidade factual não mais existentes. Torna-se possível, por fim, detectar o modo como determinados fatos são estampados em um conceito por força do inconsciente de um usuário padrão da língua.

No livro “El sociólogo e y El historiador”, resultado de uma entrevista feita por Roger Chartier a Pierre Bourdieu (2011), entre vários assuntos discutidos à luz da História e da Sociologia, o tema “La génesis dentro del individuo biológico de las estructuras mentales” é, deveras, esclarecedor. Isto porque trata, especificamente, de como os indivíduos interiorizam, ao longo do tempo e dos lugares, as estruturas do mundo social, classificando-as de modo que suas ações sejam, muitas vezes, pautadas pelos esquemas produzidos. A título de exemplo, os autores discutem o conceito de habitus que, sendo este atribuído por muitos a Bourdieu, esse autor esclarece existir e servir à epistemologia desde Aristóteles, perpassando a obra de vários outros intérpretes da realidade em que viveram a exemplo de São Tomás de Aquino, Edmund Husserl, Marcel Mauss, Émile Durkheim e Max Weber. Na visão de Bourdieu:

La utilización científica de un concepto supone un dominio práctico y, en lo posible, teórico, de sus usos anteriores y del espacio conceptual en el que se ha empleado el concepto que se toma prestado. De hecho, a partir de esse dominio del espacio se puede establecer una línea teórica, como se establece una línea política a partir de una intuición de los diferentes espacios políticos através de los cuales se mantienen unas constantes estructurales. (BOURDIEU & CHARTIER, 2011, p. 70).

Tal qual o conceito de habitus ou qualquer outro, o conceito de intelectual deve ser concebido levando em consideração os lugares onde foram utilizados, visando captar e dominar o seu uso. Afinal, corre-se o risco de um

anacronismo. Em um primeiro momento, pode-se pensar isso do livro “intelectuais da idade média” do francês Jacques Le Goff (2003) pois, supostamente, na Idade Média, o termo ainda não havia sido cunhado para nomear os que se destacavam pela inteligência e/ou intelecto. Le Goff, entretanto, amalha, na cronologia dos fatos, aqueles que se destacaram pela erudição, a exemplo dos filósofos, dos professores, dos monges copistas, dos pensadores árabes, que, no século XII, atendiam, também, pelo nome de sábios. Ademais, o autor traz, à colação as formas e as motivações que o levavam a pensar, ensinar, ler, copiar e criar. Ao percorrer a fase da história que consta no título da sua obra, Le Goff introduz o conceito de intelectual, deixando evidente que:

Sábio e professor, pensador de profissão, o intelectual pode também ser definido por determinados traços psicológicos, que podem inflectir-se independentemente do espírito, por determinadas marcas do caráter endurecidas, tornadas hábitos, manias. Raciocinante, o intelectual corre o risco de cair na raciocinação. Científico, espreita-o a secura. Crítico, não irá ele destruir por princípio, denegrir por sistema? No mundo contemporâneo não faltam detractores para o transformarem em bode expiatório (LE GOFF, 1990, p. 70).

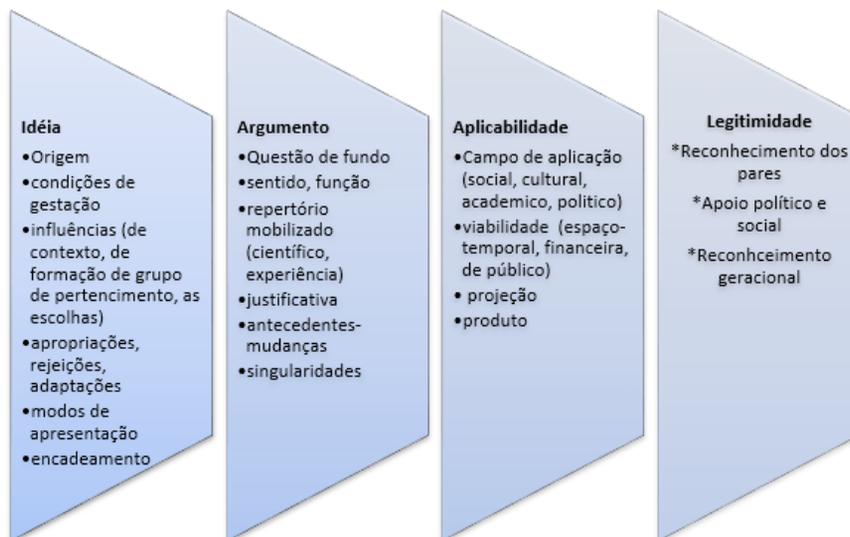
66

Ao considerar não a história dos intelectuais, mas a história de um intelectual (vida- origem, condições de subsistência, e destino -, obra, motivações, perfil psicológico, redes de relacionamentos, campos de pertencimentos, repertórios mobilizados/criados, tensões produzidas, engajamentos etc.) e entendê-la como campo de investigação, não há como preterir delimitações operacionais que, necessariamente, tratem não somente do sentido de uma vida, mas também do modo como o sujeito elaborou/desencadeou/executou sua ação. Isto porque há que se concluir que os intelectuais apresentam ideias, argumentos e, às vezes, aplicabilidades, fases que exigem categorias que devem ser acionadas a fim de que se possa extrair o produto do seu trabalho.

Uma vez que a actividade do intelectual (ideia, opinião, crítica, ação, projeto, erudição) é entendida como campo e objeto, a história do intelectual é também uma história das ideias, das mentalidades antropológica e sociológica. Nesse sentido, a função do intelectual apresenta-se composta de ideia, argumento, aplicabilidade, legitimidade, aspectos esses que constituem uma série de categorias funcionais para a sua história. Assim, o esquema a seguir tem a função de representar elementos-chaves para a investigação da história



de um intelectual, considerando, para isso, a não linearidade na vida e na obra intelectual, o que requer esquemas que favoreçam a coerência da multidimensionalidade das suas ações.



O esquema apresentado estrutura-se com base em quatro combinatórias que se mesclam entre o vivido e o pensado (produto da ação intelectual) e que, necessariamente, contemplam o processo investigativo e seus fatores hermenêutico e heurístico, isto é, são as ideias, os argumentos, a aplicabilidade destes, bem como a sua legitimidade que compõem o traçado sincrético. A primeira das combinatórias é de natureza subjetiva e se expande a partir de utensílios mentais; a segunda de cunho cultural uma vez que exige um capital cultural acumulado; a terceira de ordem prática, pois tem, como sentido, ser a reverberação do pretendido; por último, a que imprime força, virtude e qualifica o idealizador.

No tocante à primeira dessas combinatórias, a ideia, independente do campo específico da história das ideias e do enquadramento em uma das suas linhagens, precisa considerar que a ideia é uma percepção intelectual que intenciona um plano, não necessariamente de ação, mas que visa irradiar mudança seja no plano objetivo ou subjetivo e tem uma origem que recai, fundamentalmente, nas experiências, sejam elas sensoriais ou vividas, de quem

a teve. Nesse sentido, para se investigar, seja a ideia ou o “dono” da ideia, aspectos devem ser evidenciados a fim de que ela e o produto dela sejam compreendidos. Desse modo, atentar para as características que assume o contexto em que foi produzido, bem como o tipo que, às vezes, assume (um viés teórico, prático, avaliativo e/ou de crítica) contribui para o entendimento da história do intelectual. Portanto, faz-se necessário entender sua origem, condições de gestação, influências (de contexto, de formação de grupo de pertencimento, as escolhas), apropriações, rejeições, adaptações, modos de apresentação e encadeamento.

O argumento, que tem por meio e como fim a qualificação da proposta, acaba sendo uma fusão daquilo que fundamenta com aquilo que justifica, conseqüentemente, irradia a ação intelectual, logo é o argumento que concatena todas as formas de pensamento do agente denotando ou sua erudição ou a falta dela. Inerente ao intelectual está a noção de autoria e soberania de ideias e projectos.

Vale ressaltar que o argumento tem em si o poder de enaltecer ou desmoronar uma ideia. É ele que encadeia o que de prodigioso deve ser evocado a favor ou contra ela, sendo as diferenças e similitudes o foco das análises e interpretações que, sistematicamente, devem ser buscadas, a fim de que ele seja minimamente retrucado. Atentar para as questões de fundo, o sentido, a função, o repertório mobilizado (científico, experiência), a justificativa, os antecedentes e as mudanças é, por certo, o meio mais criterioso de se criar uma lógica sustentável.

Formulada a ideia e composto o argumento, o procedimento seguinte da atividade intelectual é o da aplicabilidade que, por sua vez, não tem relação direta com uma ação concreta. Embora deva primar pela eficiência e pela eficácia, o que se deve ter, como foco, é onde ela é escoada, independentemente de ser ou não visível e de ter ou não produto palpável. Uma ideia pode ser aplicada e resultar numa instituição cultural, por exemplo, como também pode ficar no campo da abstração e, nele, permanecer ou como um projeto ou como um potencial, produto empírico a exemplo de um projeto de lei. Desse modo, o estudo do intelectual precisa atentar não somente para o campo de aplicação (social, cultural, acadêmico, político), mas também para a suposta viabilidade (espaço temporal, financeira, de público), sua projeção e o seu produto, seja ele real ou ideal.



A última combinatória recai na legitimidade; afinal, é dela que dependem o presente e o futuro da ideia, é dela que depende, portanto, a ação intelectual. Daí porque o prestígio dos pares, muitas vezes o apoio político e social e, principalmente, o reconhecimento geracional são condições sine qua non para sua longevidade. Nesse propósito, um aspecto que sobressai no estudo do intelectual é o seu engajamento, sobretudo político; afinal, é do campo político que saem os maiores patrocínios das ações intelectuais, embora, vale registrar, não seja o único. Esse patrocínio não necessariamente é financeiro, mas de qualquer tipo que viabilize o pretendido a exemplo de uma aquiescência cultural e/ou jurídica.

O vivido, o pensado e o colocado em prática são, como se tentou revelar com o esquema, instâncias que devem ser consideradas epistemicamente a fim de que se compreendam suas feições substantivas, teóricas e metodológicas cujas representações forjam o caráter intelectual e cuja linha diretriz forma e/ou reforça características que lhe dão identidade. Assim, uma abordagem científica dos planos material e simbólico do intelectual perpassa por uma problematização, visto que tem, como missão, o cumprimento de objetivos que passa, necessariamente, pela definição de método, pelo referencial teórico e aplicação de conceitos e, em alguns casos, pela categorização de elementos que aparecem ao longo do processo investigativo. No caso específico do estudo biográfico, a categorização de elementos resulta dos objetivos e das singularidades da vida investigada, cujas variantes correspondem não somente à história do intelectual em foco mas também à própria história intelectual.

As categorias que podem ascender vão desde aquelas relacionadas à origem, à classe social, ao meio onde nasceu, se da zona rural ou urbana, ou seja, a aspectos referentes à socialização primária até aqueles que o vinculam a instituições como, por exemplo, onde e como estudou, o que estudou, onde e com o que trabalhou; quais as relações estabelecidas dentro e fora das instituições e que resultaram na sua rede de sociabilidades e nos seus possíveis (des)afetos, ou, como sugere Sirinelli (2003) nos microclimas delas resultantes. Os repertórios mobilizados também são de fundamental importância para o entendimento da construção do capital cultural do intelectual, haja vista serem eles os meios de acesso a que o pesquisador tem de recorrer às origens do aqui intitulado produto intelectual.

## Escolhas e repertórios na constituição do intelectual

70

Ao longo do estudo da história de vida do intelectual, aspectos mais íntimos despertam o interesse do investigador a ponto de, às vezes, virar uma obsessão a sua descoberta. Casos de romances proibidos, improváveis, filhos bastardos ou abandonados, brigas familiares ou desavenças com pares, casos homoafetivos, práticas incestuosas, entre outros dados biográficos, servem de estímulo à pesquisa. Embora não seja o objeto da ação intelectual, às vezes, pode haver uma relação (in)direta que só pode ser averiguada com a pesquisa. Casos como o de Jean-Jacques Rousseau e o “abandono” de seus filhos; da miséria e morte prematura de alguns dos filhos de Karl Marx; o romance entre Jean-Paul Sartre e Simone Beauvoir, o romance e filho ilegítimo de Maria Montessori, os transtornos mentais de Immanuel Kant, a homossexualidade de Michael Foucault são exemplos de feições de histórias de vida que mexem com o imaginário do pesquisador e o faz querer adentrar mais e mais no psicológico do investigado para saber suas motivações, seus interesses, suas escolhas, seu *modus operandi*, de forma a criar uma intimidade a ponto de saber de quem e o que está tratando, analisando e interpretando. Assim, cada um dos homens e mulheres que compõe a hierarquia intelectual tem, na sua vida “privada” elementos que interessam não somente aos seus biógrafos, mas também a todos os que foram/são tocados pelo produto da sua ação.

Atentar para a subjetividade do indivíduo, sem dúvida, não é tarefa do historiador, entretanto, desde que a história estabeleceu parcerias com as outras áreas do conhecimento a exemplo da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social, que observações mais específicas puderam ser feitas como, por exemplo, a de relacionar vida e obra como se uma não prescindisse da outra. Ao tratar do campo de poder, campo intelectual e *habitus* de classe, Bourdieu, por exemplo, parte da figura do artista para tecer suas análises. O artista, considerado pela ótica da ideologia romântica, um gênio criador, tem, na criação, uma expressão irreduzível fundada no que ele denominou de “aristocratismo da inteligência” e de uma “[...] representação carismática da produção e da recepção das obras simbólicas” (BOURDIEU, 1996, p. 185). Essa lógica, segundo ele, também gera as representações que os intelectuais têm de si mesmo e de sua função.

Bourdieu entende que a “teoria da biografia” com relação ao artista e sua obra somente pode ser compreendida se o biografado for concebido



como produto do campo ideológico onde esteve inserido, portanto, o representa de uma forma ou de outra. Isto porque à medida que o produto de sua ação ou, na visão dele, os “bens simbólicos” são reconhecidos e valorizados, o seu produtor revela a sua posição no que ele denominou de “fração intelectual e artística”. Na sua visão, eram as pesquisas biográficas que, de forma romântica, buscavam a originalidade criadora e a sua concepção no indivíduo, como se esse fosse possuidor de um dom natural, independente do meio onde vive. Assim, ele dá a entender que o intelectual pode ser compreendido – com base no lugar ele e suas ideias descendem, bem como do lugar onde o seu corpus se situa no campo intelectual, e este, por sua vez, no campo de poder/político.

Nesse sentido, há aspectos que, também, devem ser detectados pelo pesquisador do intelectual e que têm relação direta com o seu campo/lugar/meio de pertencimento e o seu engajamento político. Político, nesse caso, não está restrito ao ambiente partidário, mas, sobretudo, ideológico e que remete as defesas e críticas a um determinado setor. Não faltam intelectuais que se dediquem aos regimes políticos, às formas de governo, às relações sociais, à causa da educação, da economia política, das disparidades sociais, entre outros temas de relevância social. Ao se ater à elaboração e veiculação de um discurso, por exemplo, é possível perceber não só o seu conteúdo específico, mas também o que Habermas (1997) chamou de “uso público da razão”, e, se suas ideias têm valor cívico e político, como atribuiu Morin (1986) ao intelectual. Por isso, a análise proporcionada revela-se mais rica uma vez que o modo como se organiza em função dos seus objetivos é o seu foco.

Na conversa entre Foucault e Deleuze, intitulada “Os intelectuais e o poder” que consta como contribuição no livro *Microfísica do poder* de Foucault, o que ambos trazem à colação fica claro, ao colocar a ênfase da conversa na relação teoria-prática, é a politização do intelectual. Tradicionalmente essa politização ocorria de duas formas: da posição que ocupava na sociedade burguesa e no sistema de produção capitalista; da ideologia que produzia e ou impunha pelo seu discurso pois que, ao mesmo tempo que revelava uma verdade, “[...] descobria relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas”. Foi justamente por isso que o intelectual ficou mal visto e mal agradado, levando Foucault a concluir que sua função não era a de ensinar as massas, mas a de “[...] lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’,

da ‘consciência’, do discurso”. Tal conclusão ecoa no fato de que a teoria é a prática e que a função do intelectual não está na conscientização do saber e ou da conscientização como sujeito, mas na “[...] destruição progressiva e [n]a tomada do poder ao lado daqueles que lutam por ela [conscientização], e não na retaguarda, para esclarecê-los” (FOUCAULT, 2008, p. 2).

## O intelectual da educação: contribuições a sua abordagem

Há, sobretudo, na historiografia brasileira, um capítulo que vem sendo escrito e que se dedica aos chamados “intelectuais da educação”. Não obstante as teorizações, o foco tem sido a história e atuação de determinados personagens que, de um modo ou de outro, deixaram contribuições singulares ou plurais no campo da educação. São sujeitos engajados com a educação pública, com métodos de ensino, com uma proposta de alfabetização ou mesmo de expansão de escolas nos seus variados níveis e objetivos. Nessa empreitada, são muitos os personagens que ganharam referências e cujos estudos vêm servindo, de maneira problematizadora, à compreensão dos fatos que compõem a malha da história da educação brasileira.

De maneira direta e precisa, os estudos biográficos vêm se somando aos estudos históricos e proporcionando um resultado que ora envereda pelas contribuições pessoais a um dado componente social, ora pela forma como um determinado contexto influencia o sujeito a tomar uma ou outra decisão que repercute no todo societal. Essa é a tônica que rege o ofício do biógrafo e, também, do historiador que recorre à biografia de um personagem para compreender um determinado momento/fato/contexto histórico/grupo social. Foi assim que aconteceu com o Menocchio (Domenico Scandella) de “O queijo e os vermes” do italiano Carlo Guinsburg, e com o “Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo”, do francês George Duby. Alexandre de Sá Avelar (2010), ao abordar a temática, deixa explícito que, entre as possibilidades, limites e tensões da biografia como escrita da história, há a biografia representativa e a biografia estudo de caso e argumenta que:

A narrativa, nestes dois casos, obedece aos critérios de estabelecimento das constâncias e continuidades do mundo social. O lugar da biografia como possibilidade de uma escrita da História



só poderá ser pensado a partir da colocação de outras questões e de outros termos do debate (AVELAR, 2010, p. 160).

Nesse sentido, ele envereda por uma série de estudos e conclui que longe de a biografia servir de acesso a um determinado fato histórico; ela deve ser compreendida justamente como meio de “revalorização dos atores sociais” que, por sua vez, alarga a compreensão da história, com base na sua concepção, como fruto de um “[...] campo de conflitos e de construção de projetos de vida” (AVELAR, 2010, p. 170). Tais vertentes dos estudos biográficos se alargam porque contribuem com a escrita da história, congregando, elementos antes não contemplados. Inquestionavelmente, são muitos os “heróis” que têm suas vidas registradas, mas sob a ótica de que a biografia serve ora para enaltecê-lo, enquanto personagem histórico, ora para que determinado fato seja valorado ou não a partir da luz que se lançou sobre um de seus atores. Nesse sentido, Chartier (2002) alerta para o que, contemporaneamente, serve à escrita da história na condição de objeto: as racionalidades e as estratégias dos homens em suas relações sociais e não, necessariamente, suas estruturas e mecanismos.

Assim, é com as incongruências de uma vida que a história ganha explicações. O narrador, entretanto, precisa atentar e evidenciar os aspectos dúbios que estão na zona de interstício, na qual se encontram a generalidade e a especificidade. Às vezes, a vida particular e a vida pública são díspares assim como são díspares momentos, as ideias, os argumentos, as certezas, os projetos, as ações. Atentar para o perigo em que incorre o biógrafo no momento de privilegiar um ou outro fato que o auxilia em sua narrativa, necessariamente, recai numa ideia preconcebida da história a ser revelada. Tal pressuposto é tão perigoso quanto tentar enquadrar todos os fatos de uma vida, sabendo de antemão que é impossível, pois o trabalho se revela infinito. Desse modo, talvez a gerência que deva reger um estudo que envolva vida e obra seja justamente a de atentar para as contradições, as quais, por sua vez, revelam senão a origem da ação intelectual, ao menos, os seus delineamentos.

No campo específico da história dos intelectuais em que a obra é a principal, senão a única motivação para o estudo do próprio intelectual, as pesquisas têm incidido acerca do esclarecimento sobre as funções e os papéis assumidos, como salientou Le Goff (1990) com relação aos estudos biográficos. Sentido de uma vida - eis a tônica que rege o ofício do biógrafo e também

do historiador que se vale da biografia de um personagem para compreender um determinado momento/fato/contexto histórico/grupo social/área do conhecimento.

Nesse sentido, convém eleger a obra, seja ela escrita ou não, como meio de se chegar ao seu autor. Isto porque a obra, enquanto arquivo singular que se soma a outros de natureza diversa, permite, além do entendimento do assunto ou fato tratado, a percepção das possíveis contradições e da abordagem teórica, o que recai em defesas e/ou críticas das quais comunga. Ademais, revela os parâmetros analíticos e interpretativos que o compõem enquanto intelectual. Assim, é na singularidade de seus arquivos que também o encontramos.

## Elementos para o estudo dos intelectuais da educação

74 É preciso deixar claro que a complexidade da abordagem do intelectual da educação recai em algo que extrapola a biografia e seus mais distintos desdobramentos, visto que levanta questões de abrangência e coerência das ações, exigindo, assim, a definição de uma problemática não linear, mas alicerçada e organizada no que se refere às dimensões reveladoras de sua obra escrita e de suas práticas. Isso desafia um processo metodológico que permita pensar e estruturar um discurso que traduza, com eficiência e eficácia, a ação e o produto da ação intelectual.

Com base nessa lógica, surgem as perguntas: – Que sentido atribuir à história de um intelectual?, Qual a legitimidade da história revelada? Há que se considerar que, ao intelectual, tal qual ao homem de ação, ou mesmo ao grande herói, não é possível atribuir um status com base apenas, na cronologia dos fatos que compõe sua vida. O que fazer então? – Convém considerar que as vidas das pessoas são marcadas por escolhas, recursos dos mais variados tipos; e por imponderáveis que senão explicam, justificam as escolhas; por isso, devem ser considerados. Nesse sentido, é a memória, que inclui a auto e/ou biográfica, além daquelas contidas nas fontes orais, oficiais e não oficiais que compõem um dos mais ricos recursos buscados no tempo e que servem à história, visto que revela os acontecimentos. É a memória que sustenta a história, como insinuou Le Goff (1990).



Por certo, a memória se metamorfoseia, visto que está condicionada a uma série de indicadores e parâmetros que se encontram no tempo, nos narradores, nas paisagens, nos lugares, nas experiências; por isso, obtêm matizes das mais variadas tonalidades e formas, fazendo com que a história que a contempla seja rica em singularidades e em detalhes que, de outra forma, seria impossível. Nesse sentido, a abordagem do estudo do intelectual considera uma série de estruturas macro que, direta ou indiretamente, incide sobre a ação intelectual, portanto, precisa ser pesquisada, analisada e interpretada. Como já assinalado, devem ser computadas a composição e trato familiar, os locais onde viveu, as “amizades” decisivas, as redes de relacionamentos, as leituras, escolhas, oportunidades, experiência pessoais e de trabalho, além dos registros oficiais; os traços auto e hetero-biográficos; livros sobre e de, quando for o caso; as lembranças da mais variada ordem e os relatos orais. Isto porque os relatos entendidos como representação do ator social estudado, por seu caráter flexível, quando somados, correspondem a um memorial que traduz, ainda que passível de críticas, um processo de demarcação que recai sobre aspectos explicativos de um determinado destino. Desse modo, a memória composta tem a ver com o que se desejou perpetuar, e o que, de fato, o foi.

No tocante à automemória, a imagem criada de si mesmo, proposital ou não, deve ser meticulosamente estudada pelo pesquisador, já que é, com base nela, que os elementos (im)ponderáveis são perceptíveis. Sem dúvida, os registros oficiais dão a ver aquilo que foi pensado e preparado para chegar ao público-alvo, mas correlativamente há que se considerar aquilo que está na ação de preparar o que foi perpetuado. Não se pode prescindir dos objetivos, das intenções e méritos das ações, e, não é raro, nesse aspecto, os relatos orais destoarem de registros escritos. O que fazer, quando isso acontece? – Essa pergunta adquire maior atualidade quando se parte do pressuposto de que, para a história cultural, a aliança entre diferentes ciências é não somente bem-vinda, mas também parte decisiva no processo investigativo. De modo análogo, a Nova História, como que acompanhando as composições e inovações científicas, se dedica à “[...] construção da relação entre, Homem, Ação e Contextos, com a conseqüente revisão de categorias historiográficas (como fator, sujeito, espaço, tempo)” (MAGALHÃES, 2004, p. 128).

O historiador da educação vem, nas últimas décadas, se dedicando a cada uma das revisões elencadas e no tocante à revisão da categoria sujeito, que se encontra dedicada aos sujeitos intelectuais ou não da educação, há

um crescente interesse que já se vem notando. Como já insinuado, são muitos os personagens da educação que têm suas ideias, ações e produtos contemplados na historiografia da educação se valendo, o pesquisador inclusive, de estratégias e instrumentos de investigação que visam problematizar momentos e traços da história, até então, não contemplados e/ou considerados de maneira distinta, às vezes, unilateralmente. No âmbito da psicologia social, o conhecimento da relação entre o indivíduo, com características biológicas inatas e o seu meio, muitas vezes, considerado adverso, permite contemplar aspectos esclarecedores em torno do sujeito, proporcionando a revisão de interpretações e uma expansão dos temas e problemas de análise. De igual modo, a Antropologia Social e a Sociologia, dedicadas ao comportamento do homem no meio onde vive e que vai de encontro à lógica sedimentada da reprodução social, vêm contribuindo com os argumentos da Nova História, na medida em que desenvolvem estudos que servem de argumento para uma espécie de guinada epistêmica em que as ciências deixam ainda mais tênue suas fronteiras e revisitam seus objetos de estudo, valendo-se, o máximo possível, das outras ciências correlatas.

76 Questões em aberto e periódicas, como as da origem e da função do intelectual, como anunciado, já foram significativamente discutidas e já contemplam uma pluralidade de argumentos e de registros historiográficos, entretanto, já não são mais explicados com base em fatores de natureza individual ou mesmo de representação coletiva ou ainda a partir de um quadro determinante em que pesam a oratória, a erudição e a crítica. Elas devem ser explicadas a partir da complexificação da problemática, valendo-se dos sujeitos como seres biológicos, sociais e culturais. É nesse tipo de concepção que a História deve se aliar à Psicologia, à Sociologia e à Antropologia em busca de uma abordagem mais eficiente.

Nessa mesma linha de análise, tem-se assistido, na esfera da origem e da função do intelectual, a um afrouxamento nas abordagens, focadas em outras características que compõem o perfil intelectual centradas na qualidade do produto de sua ação. Essas características, às vezes, polarizadas em quadros cuja formação, objeto de análises e efeito produzidos pela ação devem ser contrapostas visando a uma dialética que beneficie as análises da trajetória de vida, recaindo, pois, na trajetória intelectual.

Nesse sentido, a análise historiográfica do intelectual da educação, enquanto sujeito pensante e atuante no cenário em que se encontra, permite



compreender e explicar a relação estabelecida entre homem-meio-ação, esclarecendo as escolhas, os papeis e as funções desempenhadas, e, sobretudo, colaborando, com a interpretação da organização da sociedade que, se valendo das ideias, teve, nelas, algum tipo de parâmetro, visto que os intelectuais são ouvidos. Não necessariamente atendidos, mas considerados em suas reflexões. O peso do seu trabalho (pensar) vai além de uma tomada de posição que incide, positivamente, sobre determinado grupo e negativamente em outro, visto que o ato de pensar contempla a ação de refletir e combinar ideias. Embora o verbo pensar seja popularizado e utilizado vulgarmente, ele exige uma série de utensílagens mentais e capital cultural além da lógica e da dialéctica entre heurística e hermenêutica. Esses aspectos não são comuns a todo sujeito.

Um outro quadro que merece atenção, quando do estudo do intelectual, é composto pela autonomia e a implicação da sua obra, seja no meio onde vive, seja no decorrer das gerações. Considerando que o produto intelectual é justamente o que legitima, qualifica e define o sujeito intelectual, é preciso considerar as suas obras, sejam elas de carácter bibliográfico, seja ela uma ação política, cultural ou social. Nos últimos anos da história da educação brasileira, por exemplo, reflexões acerca dos conteúdos das obras bibliográficas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de entender o lugar da intelectualidade do Brasil na construção do espaço público e os modelos escolares que foram gestados e colocados em prática.

Aspectos contrapostos de natureza pessoal e institucional, uma vez que os intelectuais da educação brasileiros estavam, na maioria das vezes, trabalhando em instâncias educacionais, são evocadas com o intuito de perceber as ideias, alternativas, reponsabilidades e implicações, não só na tradução de políticas aplicadas ao campo, mas, sobretudo, no poder de influência de seus argumentos. Nesse sentido, os estudos vêm revelando não somente os projetos, a forma de implementação e o seu produto, mas, sobretudo, as motivações, as criações, táticas e estratégias que englobam a demanda, as condições materiais, o lugar, a cultura local e os atores sociais envolvidos.

O modelo de abordagem, entretanto, vem sendo muito abrangente e distinto, pois não abarca somente as orientações emanadas do intelectual, mas também sua recepção pelos “homens de ação” que não necessariamente têm os mesmos mecanismos mentais e de ação do autor da ideia. Exemplo disso, no campo da educação, pode ser detectado ao analisar o que fora pensado

no que se denominou “o Movimento da Escola Nova no Brasil” e como de fato esse “Movimento” fora posto em prática. Há, por certo, modificações, reelabora-ções e, sobretudo, adaptações de método, de formação de professores entre outras perspectivas propostas pelos intelectuais da educação que pensa-ram a “Escola Nova” do Brasil. A análise, nesse sentido, embora não possa prescindir da negociação entre os atores envolvidos em qualquer processo, pode levar o pesquisador da história do intelectual a equívocos como o de ao analisar a ação posta em prática por distintos atores, com experiências desse-melhantes, emitir juízo de valor àqueles que pensaram e propuseram a ação. Todo o trabalho que envolva um coletivo precisa ser pensado, levando em consideração o maior número possível de variáveis, embora não haja garan-tia de que o pensado seja praticado. Tal como foi demonstrado num estudo sobre os intelectuais e a história da educação, os intelectuais representam a educação, mas não o fazem de forma homogênea, nem prosseguem na ação de um mesmo modo (MAGALHÃES, 2016). A articulação entre os intelectuais e a educação desafia a uma dialéctica entre educabilidade e historicidade, em face da qual os intelectuais poderão ser trabalhados nos aspectos comuns e nos aspectos de diferenciação, respeitando a autonomia e a singularidade enquanto marcas fundamentais.

78

Também em recente trabalho cujo objeto de estudo foi a trajetória de vida de Tobias Barreto de Menezes<sup>2</sup>, a partir das suas obras completas reuni-das em 10 volumes (hoje em sua 4ª edição) e dos documentos encontrados nos órgãos públicos por onde ele passou no Estado de Pernambuco, e que teve por objetivo identificar e analisar o lugar ocupado pela educação, encontram-se elementos que serviram não apenas para ponderar as sociabilidades, a ambiência cultural, as interlocuções, as tensões presentes nos debate em que participou, mas também foi possível relacionar o objeto/tema pesquisado com a construção do pensamento social e do espaço público brasileiro, de uma maneira geral, e com a educação em particular.

Ao analisar o repertório, mobilizado por Tobias Barreto nos debates e proposições sobre os temas discutidos, em especial, a educação, foi possível perceber, claramente, como as ideias podem se perpetuar na história sem, necessariamente, terem sido levadas à prática. Certamente, para alguns, esse tipo de ideias (sem ter sido aplicadas) poderia ser desconsiderado uma vez que não teve finalidade. Mas quando analisada do ponto de vista da história das ideias e da história dos intelectuais, há ideias através das quais é possível



conhecer o que fora pensado, projetado para determinada sociedade, bem como os contextos e os modos como tal sociedade favoreceu condições para e emergência de projectos, ainda que estes não tivessem sido gestados. Importa verificar os motivos de não aplicabilidade. Nesse sentido, atentar para os impedimentos, a exemplo dos fatores políticos e/ou econômicos, acaba sendo mais um viés para o conhecimento da história.

Um outro aspecto que pode ser observado diz respeito ao poder de ressonância de algumas ideias. Há ideias que, a princípio, podem não ter sido consideradas viáveis, mas, quando se busca, na história percebe-se a sua utilidade e o quanto tais ideias foram, por algum motivo, modificadas, adaptadas, reelaboradas por gerações posteriores. Constatam-se o seu potencial e, necessariamente, a legitimidade intelectual de quem as pensou. Foi assim no caso do projeto de Lei de Tobias Barreto dedicado à criação do Paternogógio (escola superior feminina nos moldes alemães) que, embora tenha sido aprovado pela Assembleia Provincial de Pernambuco, após intensas discussões e defesas polêmicas, envolvendo várias ciências a exemplo da Biologia, da Antropologia e da própria Medicina Legal, tal projeto não foi efetivado.

Nos argumentos, travados em defesa e contra o projeto de criação do Paternogógio, há uma gama de possibilidades de estudos que vai desde as mentalidades forjadas à época, aos repertórios prós e contra e que remetem ao “surto de ideias novas” que chegaram ao Brasil e que afloraram no século XIX. Importa considerar também o tipo de retórica e oratória dos políticos brasileiros, aspecto que releva nesse caso, pois ilumina sobre o cenário da educação feminina à época do Império. Nesse sentido, visitar a obra de Tobias Barreto foi não só importante do ponto de vista da história da educação brasileira e de tudo que dela pode ecoar, como também deixou claro que não se pode prescindir dos sujeitos e dos seus registros para escrever a história. Se esse sujeito se fez um intelectual, a sua importância adquire um sentido ainda maior, pois os intelectuais deixam registros; deixam arquivos; deixam memórias, enfim, deixam ideias.

Todas as tendências relacionados a esse tipo de abordagem vêm contribuindo de maneira sistemática e sobretudo historiográfica acerca do registro analítico do fato histórico, na medida em que valorizam as orientações e conclusões que decorrem das investigações sobre a atividade do homem nos mais distintos níveis e planos. Tal evolução, sem dúvida, permite avanços do conhecimento produzido às ciências humanas em geral e à história em

particular. Além disso, desafia a construção de abordagens teórico-práticas renovadas, particularmente no que se refere ao modo de pensar, arquitetar, teorizar, do poder investido nas ações, do modo como ele afeta e/ou muda a realidade o que inclui, também, a sua durabilidade e legitimidade. Assim, a análise crítica e as problematizações sobre quem, qual o desempenho e a função do intelectual como objeto de estudo conferem relevo à articulação entre as distintas ciências tendo o homem como principal objeto de análise. Isso, certamente, valoriza não somente o terreno das relações estabelecidas, mas também legitima a história enquanto ciência que estuda os “homens no tempo” (BLOCH, 2001). É, com efeito, no contexto da vida e obra (teórica ou prática) que se fundamentam os conceitos de intelectual, ação intelectual e produto intelectual e que se explicam polêmicas, iniciativas e projetos gerados com base em demandas específicas e também de afetos e de tradição, como sinalizou Sirinelli (2003).

## Considerações finais

80

Nesse sentido, a construção do entendimento teórico de intelectual e, em especial o intelectual da educação, vem constituindo um novo paradigma no interior da História, ora pelos estudos desenvolvidos e que se dedicam às redes organizacionais e aos microclimas e microcosmos que são criados pelos intelectuais; ora, pelo estudo das relações concretas e as sociabilidades que são, por eles, tecidas; ora pelos consensos criados e que envolvem projetos de cunho social; ora finalmente pela abertura a intercedências aproveitadas pela Nova História em geral e a História da Educação em particular. A abordagem histórica dedicada, especificamente, à história de um intelectual corresponde a um novo campo que se constitui a partir de um approach específico que busca valorizar as dimensões biológicas, sociais e culturais, com a intenção de construir conhecimento a partir da ótica, do contexto e das condições materiais de quem pensou, no caso específico, a educação. Tais procedimentos traduzem-se em constructos que recaem em aspectos específicos da biografia do sujeito que se somam a outros fatores multirreferenciais, já sinalizados, e que comportam os processos de socialização, o capital cultural e social acumulado, além das redes de relacionamentos. Isso permite rever as problemáticas psicológicas, antropológicas e sociológicas da correlação entre ideia e ação, das teorias, paradigmas e opiniões formadas.



Vale enfatizar que o quadro epistêmico de interciência em que se inscreve a história de um intelectual da educação não se limita a uma abordagem descritiva da vida, da carreira ou da relação homem e meio em que se encontra. Compreender e explicar a trajetória de um intelectual, tal qual aqui se ensaiou, é integrá-la no campo intelectual, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a no progresso de uma sociedade, de um lugar, de um campo de conhecimento, de seus públicos e beneficiados. A abordagem biográfica do intelectual, nas mais distintas contemplações e na construção de um sentido que envolve o seu papel e a sua função, encontram, nessa relação, a base capital de conhecimento e direção.

Importa considerar, ainda, que a relação entre o intelectual e seu meio estrutura-se numa abordagem alargada em que se cruzam elementos do plano pessoal e profissional em uma dialética que abarca além de tais esferas, a noção de tempo-espaço que, por sua vez, está atrelada ao local, ao regional, ao nacional e em alguns casos ao internacional. Quando considerados, tais dimensionamentos representam o rigor e a atualidade do intelectual em sua ação, reação e criação. Isto porque, enquanto objeto de análise historiográfica, construída em tais bases e tendo por tônica a heurística e a hermenêutica do cruzamento de informações que engloba também o teor, o plano, a ação, e o resultado da ação para a sociedade, o que se tem é a estruturação do conhecimento e a organização de uma narrativa voltada para o sujeito, sua ação e seu contexto.

Nesse sentido, a produção do conhecimento da história do intelectual, no domínio da investigação, também necessita de uma abordagem teórica interdisciplinar e de uma análise e interpretação que envolva arquivos e memórias. Como no caso de cada um dos recortes e perspectivas adotadas na história e em especial na história da educação, no que tange mais especificamente à história do intelectual da educação, há um redimensionamento que contempla o espaço, o tempo e a ação que o transforma num objeto de conhecimento complexo que exige o aprofundamento do quadro analítico focalizado na dialética entre teoria e práticas. Vale ressaltar, com mais veemência que a epistemologia e reflexão do intelectual da educação inclui, entre outros aspectos: a trajetória e a sua problematização enquanto sujeito histórico; o conhecimento, a análise e interpretação de suas ideias e o impacto por ela/s causado/s. Tais elementos fundamentais necessitam, por seu turno,

de uma conceituação e uma re-conceituação na medida em que o pesquisador avança em descobertas e nuances.

É importante destacar, ainda, que os “discursos” dos intelectuais moldam comportamentos, pois eles são consequência de princípios orientadores e fonte de recomendações que, além de regular, conformar e formar, têm uma finalidade epistêmica. Por isso que eles devem ser analisados na sua gênese e na sua intencionalidade. Neles, podem ser encontrados indícios e/ou evidências dos valores, atitudes, interesses, motivações, racionalidades, culturas, expectativas, além do repertório argumentativo mobilizado. Desse modo, pode-se apreender a complexidade das relações que são tecidas, ora a partir do meio e das demandas, ora a partir daquilo que se alcança em termos teóricos e/ou práticos. O que se alcança, por sua vez, deve ser objeto de análise ainda mais apurada, pois tem, em si, a receptividade, o que ajuda na compreensão da realidade que fora pensada e projetada. Isto porque, o que se alcança é o resultado da sistematização dos elementos mobilizados e articulados, moldados pelo tempo e pelo lugar.

82

Os desafios da interpretação da história do intelectual, todavia, não estão no acúmulo ou falta de fontes e ideias acerca de suas táticas e/ou estratégias de ação, mas pelas interrupções das experiências espaço temporais e suas implicações socioculturais. O conhecimento histórico, nessa seara, acaba sendo condicionado às estruturas que são dadas a ver e que, às vezes, escondem, camuflam ou desconhecem a linha sucessória dos acontecimentos, levando o ofício do historiador a “[...] um percurso cognoscente de dupla entrada (progressivo e regressivo), oscilando dos processos para os produtos e dos produtos para os processos” (MAGALHÃES, 2004, p. 135). Portanto, é oportuno e, sobretudo, imprescindível, para além das análises, o registro das observações e impressões do pesquisador quando inicia seu trabalho intelectual e acadêmico sobre a vida e a obra de um intelectual. Tal procedimento é fundamental, visto que, ao final, se tem o processo evolutivo do trabalho, sua complexificação e um “olhar regressivo” do sujeito, de suas escolhas e uma perspectiva aprofundada do campo intelectual, a que pertencem o investigador e o objeto investigado.

A abordagem dos intelectuais na história da educação desafia, como referido, à dialética entre educabilidade e historicidade. Um dos aspectos mais notórios é a articulação entre a obra escrita, ação e envolvimento, cruzando o histórico, o biográfico e o institucional.



## Notas

- 1 Este artigo foi um dos produtos do estágio pós-doutoral realizado na Universidade de Lisboa e contou com o apoio financeiro da Capes, a qual agradecemos o incentivo.
- 2 Sergipano radicado em Pernambuco ficou conhecido na historiografia brasileira, sobretudo pela sua ação no campo do direito e por ter “fundado” o que tempos depois ficou conhecida como “Escola do Recife” um movimento filosófico que tinha por objetivo pensar e organizar o Brasil a partir do germanismo. Tobias que viveu apenas 50 anos (1839-1889), embora tenha sido apenas professor substituto da Faculdade de Direito do Recife, deu a ela seu nome, pois a referida faculdade é conhecida até hoje por “Casa de Tobias”. Tal representação se não revela sua forma de pensar a organização da sociedade brasileira, dá a ver a o que ele representou para as gerações seguintes, demonstrando o poder de ressonância de suas ideias das quais são exemplos: a criação de uma escola superior feminina nos moldes alemães; a necessidade de uma lei de direitos autorais e a legislação específica aplicada aos menos e loucos, todas no século XVIII, quando imperou o positivismo e tudo que dele pôde descender. Para saber mais ler Barreto (2015).

## Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, Espírito Santo, n. 14, p. 157-172, jan./dez. 2010.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. O moderno Tobias Barreto no Brasil Império. In: MESQUITA, Ilka Miglio de Mesquita; Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia. (Org.). **Moderno, modernidade, modernização nos projetos de Brasil** – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza, 2015.

BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. Tradução Paulo Neves, São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Langage et pouvoir symbolique**. Paris: Essais, 2001.

BOURDIEU, Pierri; CHARTIER, Roger. **El sociólogo e o historiador**: prólogo de Roger Chartier. Madri: Abada, 2011.

Chartier, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Zahar; Editora da UFRJ, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GINZBURG, Carlo. **A microhistória e outros ensaios**. São Paulo: DIFEL, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. Entre facticidade e validade. Tradução Flávio Sibeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: KOSELLECK, Reinhart (Org.). **Futuro passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais da Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino. Intelectuais e História da Educação em Portugal e Brasil. **Cadernos de História da Educação**, v. 15, n. 1, p. 299-322, jan./-abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/chev15n1-2016-12>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo, Ática, 1994.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães  
Universidade de Lisboa



Instituto de Educação  
Coordenador da Área de Investigação e Ensino de História e de Psicologia da  
Educação do (IE-UL)  
E-mail | justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt

Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto  
Universidade Tiradentes | Unit  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Líder do Grupo de Pesquisa | Sociedade, Educação, História e Memória  
E-mail | raylanenavarro@bol.com.br

Recebido 1º jun. 2016  
Aceito 13 jul. 2016